

SUMÁRIO

Breves currículos dos professores colaboradores desta coletânea.....	11
Prefácio (Ministro Luis Felipe Salomão)	19
Apresentação	21
ADA PELLEGRINI GRINOVER	
A tutela coletiva dos investidores no mercado de valores mobiliários: questões processuais.....	27
ARRUDA ALVIM	
A posição dos sócios e associados em relação a ações movidas contra as sociedades e associações de que façam parte	59
EDUARDO SECCHI MUNHOZ	
A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem	77
EDUARDO TALAMINI	
Legitimidade, Interesse, Possibilidade Jurídica e Coisa Julgada nas Ações de Impugnação de Deliberações Societárias	101
ERASMO VALLADÃO A. E N. FRANÇA	
MARCELO VIEIRA VON ADAMEK	
Algumas Notas sobre o Exercício Abusivo da Ação de Invalidação de Deliberação Assemblear	157
FÁBIO ULHOA COELHO	
Apuração de Haveres na Sociedade Limitada	185
FLÁVIO LUIZ YARSHELL	
O Projeto de Novo Código Comercial e a Proposta de Permuta de Documentos entre as Partes: “Discovery” Brasileira?	203

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

FELIPE DO AMARAL MATOS

O Procedimento Especial de Dissolução (Parcial) de
Sociedade no Projeto de CPC..... 211

FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH

MARCELA MAFFEI QUADRA TRAVASSOS

Medidas Liminares em Arbitragens e Sociedades Limitadas 239

FREDIE DIDIER JR.

LEANDRO ARAGÃO

A Desconsideração da Personalidade Jurídica no
Processo Arbitral..... 255

GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

Cumprimento de acordo de acionistas em arbitragem 269

HELENA NAJJAR ABDO

CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI

Prova das Sociedades de Fato de Natureza Empresarial..... 297

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito
Processual Civil Brasileiro 317

IGOR BIMKOWSKI ROSSONI

O Procedimento de Dissolução de Parcial de Sociedade no
PL 166/2010 (Novo Código de Processo Civil) 333

JOÃO PAULO HECKER DA SILVA

LUIS ANDRÉ NEGRELLI DE MOURA AZEVEDO

A Ação de Exibição de Livros e Documentos como Meio de
Concretização dos Deveres do Conselheiro Fiscal 351

JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO Contratos Coligados, Swap, Vedação de Negociação com as Próprias Ações e Proibição de Comportamento Contraditório.....	371
JOSÉ ARALDO DA COSTA TELLES Alternativas Processuais para os Conflitos de Interesses em Sociedades Limitadas Familiares.....	383
JOSÉ CARLOS BAPTISTA PUOLI Os Poderes do Juiz, a Tutela Processual Específica e o Direito Societário.....	403
JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA A Ação Judicial de Exclusão de Sócio nas Sociedades Limitadas – Legitimidade Processual.....	419
JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONICIO Proposta de uma Nova Tutela Jurisdicional Diferenciada: O Processo Societário Brasileiro.....	437
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE Sucessão de Empresas e Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	447
JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI Impugnação Judicial da Deliberação de Assembleia Societária e Projeções da Coisa Julgada	461
MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS Protesto Judicial contra Alienação de Bens, Ações e Quotas em Conflitos Societários	475

MARCELO GUEDES NUNES

Intervenção Judicial: A Nova Lei do CADE e a Dissolução
de Sociedades 489

MODESTO CARVALHOSA

Indisponibilidade de Bens. Atos Constritivos sobre Ações de
Propriedade de Controlador e Ex-Administrador. Averbação.
Caráter Constitutivo. Autonomia Jurídica. Desconsideração
da Personalidade Jurídica. Substituição de Ativos. Avaliação
pelo Valor Econômico. Acordo de Acionistas. Opção de
Venda e Compra. Cisão Parcial 511

NELSON EIZIRIK

Debêntures. Prazo de Prescrição para Cobrança Judicial..... 531

NEWTON COCA BASTOS MARZAGÃO

A Cláusula de Não Concorrência em Juízo – A Importância da
Paulatina Valorização da Tutela Específica para a Preservação
da Clientela nas Operações Societárias 551

ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO

Da Restrição à Concessão de Tutelas de Urgência na Lei de
Recuperações Judiciais..... 571

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

JOÃO PAULO HECKER DA SILVA

Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada..... 591

PEDRO A. BATISTA MARTINS

A Arbitrabilidade Subjetiva e a Imperatividade dos Direitos
Societários como Pretensão Fator Impeditivo para a Adoção
da Arbitragem nas Sociedades Anônimas 617

RICARDO DE BARROS LEONEL

Reflexões em torno do denominado “redirecionamento da
execução fiscal” ao sócio..... 633

RODRIGO OCTÁVIO BROGLIA MENDES

Apuração de haveres na retirada do sócio e fundo de comércio
(Aviamento) 647

RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO

RODRIGO MENDES DE ARAUJO

Tutelas de urgência e o direito de retirada de sócio nas
sociedades limitadas 667

TASSO DUARTE DE MELO

JOSÉ EUGENIO DO AMARAL SOUZA NETO

Penhora On Line de Dinheiro Depositado em Conta Bancária
de Empresa e Penhora de Percentual de Faturamento..... 693

TIAGO ASFOR ROCHA LIMA

A Legitimidade Ativa e Passiva nas Ações de
Responsabilidade Civil contra o Administrador e o
Controlador na Lei das S/A 711

WALFRIDO JORGE WARDE JR.

FERNANDO ANTONIO MAIA DA CUNHA

A Arbitragem e os Limites à Atuação do Judiciário nos
Litígios Societários 725

FLÁVIO LUIZ YARSELL
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

Coordenadores

PROCESSO SOCIETÁRIO

VOLUME II

Alberto Barbosa Jr.	Luciano B. Timm
Alexandre Pinheiro dos Santos	Luís André N. De Moura Azevedo
Ana Beatriz Martucci Nogueira	Luis Vasco Elias
André Antunes Soares de Camargo	Luiz Guilherme Marinoni
André Fernando Reusing Namorato	Manoel de Queiroz Pereira Calças
André Grünspun Pitta	Marcelo Fernandez Trindade
Arnoldo Wald	Mariana Martins-Costa Ferreira
Cristiano Rodrigo Del Debbio	Miguel Tornovsky
Daniel de Andrade Levy	Modesto Carvalhosa
Elias Marques de Medeiros Neto	Nancy Andrichi
Erik Frederico Oioli	Nelson Eizirik
Fábio Ulhoa Coelho	Otavio Yazbek
Felipe dos Santos Ronco	Paulo Henrique dos Santos Lucon
Fernanda Dias de Almeida	Rafael Helou Bresciani
Fernanda Marques Dal Mas	Renato Vilela
Flávio Luiz Yarshell	Ricardo Dalmaso Marques
Gabriel Nogueira Dias	Ricardo Alexandre da Silva
Gabriel Saad Kik Buschinelli	Rodrigo Nacarato Stênico
Giovanni Bonato	Rodrigo Tellechea
Guilherme Setoguti J. Pereira	Rui Pereira Dias
Heitor Vítor Mendonça Sica	Sergio Zahr Filho
Igor Bimkowski Rossoni	Sheila C. Neder Cerezetti
Ivo Waisberg	Tasso Duarte de Melo
João Paulo Hecker da Silva	Thiago Saddi Tannous
José Afonso Leirião Filho	Tiago Asfor Rocha Lima
José Marcelo Martins Proença	Viviane Muller Prado
José Romeu Garcia do Amaral	Walfrido Jorge Warde Jr.
Julya Sotto Mayor Wellisch	

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2015
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 - Centro - São Paulo

Contato: editora@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Produção editorial: José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação: Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares

Capa: Eduardo Nallis Villanova

YARSHHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J (coords.).
Processo Societário – Volume II – São Paulo: Quartier Latin,
2015.

ISBN 85-7674-802-9

1. Direito Societário. 2. Processo Civil. I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Societário
2. Brasil: Processo Civil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Breves currículos dos professores colaboradores desta coletânea.....	11
Prefácio (Ricardo Villas Bôas Cueva)	21
Apresentação	23
ALEXANDRE PINHEIRO DOS SANTOS	
JULYA SOTTO MAYOR WELLISCH	
Os Limites do Sigilo Bancário Diante do Processo Sancionador da CVM	29
ANDRÉ ANTUNES SOARES DE CAMARGO	
A assembleia geral: melhor forma de solução de conflitos societários?	47
ANDRÉ GRÜNSPUN PITTA	
Processo Administrativo Sancionador no Mercado de Valores Mobiliários: o uso da prova indiciária	67
ARNOLDO WALD	
A Arbitrabilidade dos Conflitos Societários: Contexto e Prática.....	91
DANIEL DE ANDRADE LEVY	
Acionista Controlador – Abuso do Poder de Controle – Diminuição do Valor das Ações – Exercício de <i>Call</i> pelo Controlador – Alegação da Própria Torpeza – Incorporação de Contingências	117
ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO	
Breves notas sobre a execução por quantia certa contra devedor solvente: conceito, princípios, efetividade e proporcionalidade	137
ERIK FREDERICO OIOLI	
JOSÉ AFONSO LEIRIÃO FILHO	
Os Empecilhos à Tutela Judicial dos Investidores do Mercado de Capitais e a <i>Class Action</i> no Brasil.....	167

FÁBIO ULHOA COELHO

Imperativo da proporcionalidade no processo administrativo sancionador no âmbito do CADE..... 195

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC 2015: aplicação a outras formas de extensão da responsabilidade patrimonial 213

GABRIEL NOGUEIRA DIAS**CRISTIANO RODRIGO DEL DEBBIO**

Decisões do CADE e Controle Judicial 225

GABRIEL SAAD KIK BUSCHINELLI**RAFAEL HELOU BRESCIANI**

Aspectos Processuais da Ação de Responsabilidade do Controlador movida por Acionista Titular de Menos de 5% do Capital Social (art. 246, § 1º, “b” da Lei 6.404/76) 249

GIOVANNI BONATO

Arbitragem societária italiana: análise comparativa sobre a abrangência subjetiva da cláusula compromissória e a nomeação dos árbitros 305

HEITOR VITOR MENDONÇA SICA

Arbitragem e Fazenda Pública 327

IGOR BIMKOWSKI ROSSONI

Coisa julgada e pretensões concorrentes na doutrina de Enrico Tullio Liebman: o problema da impugnação de decisão assemblear no Direito brasileiro 341

IVO WAISBERG

Dispute Board em matéria societária. Quando seria viável? 359

JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA	
ALBERTO BARBOSA JR.	
Notas sobre a Revisão Judicial dos Atos de Gestão em Sociedades Anônimas: os tribunais judiciais podem aprender com a CVM?	373
JOSÉ ROMEU GARCIA DO AMARAL	
RODRIGO NACARATO STÊNICO	
Sobre a Tutela dos Debenturistas em Juízo	387
LUCIANO B. TIMM	
RODRIGO TELLECHEA	
A arbitragem como forma de resolução de conflitos nos acordos de acionistas	401
LUÍS ANDRÉ N. DE MOURA AZEVEDO	
FELIPE DOS SANTOS RONCO	
● Questões controvertidas a respeito da responsabilidade civil de administradores de sociedades limitadas	427
LUIS VASCO ELIAS	
ANA BEATRIZ MARTUCCI NOGUEIRA	
● Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial.....	439
LUIZ GUILHERME MARINONI	
RICARDO ALEXANDRE DA SILVA	
Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015	453
MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS	
Reflexões sobre o litisconsórcio ativo entre empresas componentes de grupo econômico na recuperação judicial.....	467
MARCELO FERNANDEZ TRINDADE	
THIAGO SADDI TANNOUS	
● art. 1.031 do Código Civil e a sua interpretação	485

MARIANA MARTINS-COSTA FERREIRA

Reflexões Sobre o Regime Jurídico do Acordo de Acionistas
e Seus Mecanismos de Cumprimento Forçado 509

MIGUEL TORNOVSKY

Prazos de Decadência para Propositura de Ações de
Anulação na Lei das S.A. 553

MODESTO CARVALHOSA

O depoimento do advogado de uma das partes na arbitragem 571

NANCY ANDRIGHI

O árbitro de emergência e a tutela de urgência: perspectivas
à luz do Direito processual Brasileiro 577

NELSON EIZIRIK

Empréstimo de Ações e Exercício do Direito de Recesso 591

OTAVIO YAZBEK

Reflexões sobre a atividade sancionadora da CVM em
caso de descumprimento de regras de Direito Societário 607

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON**JOÃO PAULO HECKER DA SILVA**

Apontamentos sobre Relações entre Algumas Demandas
Societárias sob a Égide do Novo Código de Processo Civil 629

RICARDO DALMASO MARQUES**FERNANDA DIAS DE ALMEIDA****FERNANDA MARQUES DAL MAS**

Os grupos de empresas e seus reflexos quanto aos efeitos
da convenção de arbitragem 655

RUI PEREIRA DIAS

Tutela da minoria social e convenções relativas às ações
sociais de responsabilidade 695

SERGIO ZAHR FILHO

Conflitos Societários Multipartes com Repercussão
Coletiva Submetidos à Cláusula Compromissória
Estatutária: Intervenção de Terceiros e Consolidação 717

SHEILA C. NEDER CEREZETTI

Grupos de sociedades e recuperação judicial: o indispensável
encontro entre Direitos Societário, Processual e Concursal..... 735

TASSO DUARTE DE MELO

ANDRÉ FERNANDO REUSING NAMORATO

A arbitragem e os efeitos negativos do princípio da
competência-competência 791

TIAGO ASFOR ROCHA LIMA

Aspectos Processuais da Apuração de Haveres *Post*
Mortem e o Novo Código de Processo Civil..... 809

VIVIANE MULLER PRADO

RENATO VILELA

Indenização de Investidores por Termo de Compromisso 823

WALFRIDO JORGE WARDE JR.

GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

Elementos para uma metodologia do processo societário..... 845

FLÁVIO LUIZ YARSELL
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

Coordenadores

PROCESSO SOCIETÁRIO

VOLUME III

Ary Azevedo Franco Neto	João de Oliveira Rodrigues Filho
Ariadne Oliveira E Costa	João Paulo Hecker da Silva
Alfredo de Assis Gonçalves Neto	José Antonio Fichtner
Calixto Salomão Filho	Juliana Krueger Pela
Carlos Dias Motta	Luis Felipe Ferrari Bedendi
Carlos Alberto Garbi	Luiz Alberto Colonna Rosman
Eduardo Secchi Munhoz	Marcelo Dickstein
Eleonora Coelho	Mariana Martins-Costa Ferreira
Fábio Ulhoa Coelho	Marcelo Barbosa Sacramone
Fernanda Neves Piva	Marcelo Vieira von Adamek
Flávio Luiz Yarshell	Marina Duarte de Melo Martins de Castro
Francisco Müssnich	Mauricio Moreira Menezes
Gabriel Saad Kik Buschinelli	Mirelle Bittencourt Lotufo
Gabriela de Oliveira Junqueira	Nancy Andrichi
Guilherme Setoguti J. Pereira	Paulo Cezar Aragão
Gustavo Machado Gonzalez	Paulo Furtado de Oliveira Filho
Hamid Charaf Bdine Júnior	Renato Berger
Henrique Cunha Barbosa	Rodrigo Octávio Broglia Mendes
Herbert Morgenstern Kugler	Sérgio Savi
Igor Bimkowski Rossoni	Sheila C. Neder Cerezetti
Ivo Waisberg	

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, inverno de 2018
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

FLÁVIO LUIZ YARSHELL;
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA (COORDS.)

Processo Societário – Volume III

São Paulo: Quartier Latin, 2018.

ISBN 85-7674-944-0

1. Direito Societário. 2. Processo Civil. 3. Processo Societário. I. Título

Editor

Vinicius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globocom

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotograficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Breves currículos dos professores colaboradores desta coletânea	19
Apresentação a Processo Societário III.....	25

I. PENHORA DE QUOTAS SOCIAIS POR DÍVIDA DE SÓCIO, 29

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Introdução	29
Origem da controvérsia	30
Desencontros da doutrina e dos tribunais pátrios sobre o tema.....	32
O novo problema	35

II. BREVES NOTAS SOBRE TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE NA ARBITRAGEM SOCIETÁRIA, 39

Calixto Salomão Filho

I. Introdução: a assimetria estrutural de informações nas sociedades anônimas.....	39
II. Tipologia da prestação de informações	40
a. Transparência	40
b. Publicidade	41
c. O espaço residual da confidencialidade	43
III. Institucionalismo societário e aplicação da justiça.....	43

III. CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPUGNAÇÕES E RECURSOS NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ESPECIALMENTE CONTRA A DECISÃO QUE DEFERE O PROCESSAMENTO, 45

Carlos Dias Motta, Ariadne Oliveira e Costa e

Marina Duarte de Melo Martins de Castro

1. Introdução	45
2. As Três Fases do Procedimento Recuperacional	47
2.1. Primeira Fase: do Pedido e do Processamento.....	47
2.2. Segunda Fase: do Plano e da Concessão da Recuperação	48

2.3. Terceira Fase: do Cumprimento e do Encerramento da Recuperação.....	49
3. Recursos no Processo de Recuperação Judicial	52
3.1. Dos Recursos em Espécie.....	55
4. Impugnação à Decisão que Defere o Processamento da Recuperação Judicial.....	56
4.1. Amplitude Cognitiva na Primeira Fase da Recuperação (de Processamento).....	56
4.2. Impugnação no Juízo de Primeiro Grau	57
4.3. Impugnação em Grau de Recurso.....	59
5. Vantagens da Eventual Criação de um Incidente Autônomo Destinado ao Exame da Impugnação à Decisão que Defere o Processamento da Recuperação Judicial	63
6. Conclusão	67
7. Bibliografia	69

IV. A RETENÇÃO DE DIVIDENDOS NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E A QUESTÃO DA ADMISSIBILIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL PROVISÓRIA, 71

Carlos Alberto Garbi

1. Introdução	71
2. Direito à percepção dos lucros (dividendos).....	71
3. A tutela provisória e a efetividade do processo.....	82

V. PENHORA DE QUOTAS OU AÇÕES: INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 861 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 87

Eduardo Secchi Munhoz

Introdução	87
O art. 861 do CPC/2015.....	88
Princípios da Autonomia da Pessoa Jurídica, da Limitação da Responsabilidade e da Intangibilidade do Capital Social e sua Função Socioeconômica: Evolução Histórica do Direito Societário	90
Inadequação do art. 861 do CPC/2015	95
Interpretação Sistemática do Art. 861. Adequação da Norma ao Direito Societário Vigente.....	105
Conclusão.....	110

VI. A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE REGULAMENTOS ADAPTADOS PARA ARBITRAGENS COLETIVAS NO MERCADO DE CAPITAIS, 115

Eleonora Coelho

1. Introdução	115
2. O microssistema legal de litigância coletiva no Brasil.....	118
3. Questões processuais relativas à tutela coletiva de direito societário.....	120
4. O caso Petrobras.....	123
5. Possíveis soluções a partir de exemplos estrangeiros	126
5.1. Como levar ao conhecimento dos acionistas a existência da arbitragem	127
5.2. A publicidade e a confidencialidade da arbitragem societária	131
5.3. Prazo para intervenção dos acionistas e possibilidade de participação superveniente.....	132
5.4. Informações aos acionistas omissos	134
5.5. Consolidação de procedimentos conexos.....	135
5.6. Nomeação dos membros do tribunal arbitral	137
5.7. Responsabilidade sobre o pagamento de custas	139
6. Conclusões.....	140
Bibliografia	143

VII. A DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 147

Fábio Ulhoa Coelho

1. Introdução	147
2. Inovações introduzidas pelo CPC.....	148
3. Fundamento e hipóteses da dissolução parcial.....	154
3.1. Retirada de sócio.....	156
3.2. Exclusão de sócio.....	157
3.3. Morte de sócio.....	157
3.4. A sociedade anônima heterotípica	158
4. O valor da participação societária	161
4.1. Os critérios de avaliação.....	161
4.2. Balanço de determinação.....	163
5. Particularidades da ação de dissolução parcial de sociedade.....	166
6. O art. 607 do CPC	168
7. Conclusão.....	170
Referências Bibliográficas.....	171

**VIII. A PRODUÇÃO DE PROVA NO PROCESSO ARBITRAL
BRASILEIRO: ESTAMOS NO RUMO CERTO?, 173**

Flávio Luiz Yarshell

1. Uma preocupação.....	173
2. Ônus da prova, sob perspectiva objetiva e subjetiva: aplicação ao processo arbitral	176
3. Atuação oficial do árbitro em matéria probatória.....	179
4. A título de conclusão	183

**IX. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR USURPAÇÃO
DE OPORTUNIDADE COMERCIAL, 185**

Francisco Müssnich e Sérgio Savi

1. Introdução	185
2. A violação ao dever de lealdade como fundamento da ação de responsabilidade.....	187
3. Critérios para configuração da usurpação de oportunidade comercial.....	190
4. Casos selecionados.....	194
5. Elementos da responsabilidade civil ato ilícito, nexo causal e dano.....	198
6. Conclusão	201

X. DIREITO DE PREFERÊNCIA NA ALIENAÇÃO INDIRETA DE AÇÕES, 203

Gabriel Saad Kik Buschinelli

1. Introdução	203
2. Posicionamentos doutrinários.....	204
3. Avaliação crítica dos posicionamentos doutrinários.....	208
4. Posicionamento.....	211
5. Conclusão	216

**XI. TEMOS QUE REPENSAR A CONFIDENCIALIDADE DAS
ARBITRAGENS SOCIETÁRIAS, 219**

Guilherme Setoguti J. Pereira

1. Introdução e colocação do problema.....	219
--	-----

2. O <i>enforcement</i> das regras societárias e de mercado de capitais e a escolha pela arbitragem: decisão acertada?	220
3. Confidencialidade na arbitragem	223
4. Os problemas da confidencialidade	226
4.1. Assimetria de informações	227
4.2. Formação do direito	230
5. Instrumentalidade da arbitragem	231
5.1. Confidencialidade atenuada	234
5.2. Comunhão de interesses e litisconsórcio unitário	237
6. Conclusão	238

XII. O REGIME DE PRESUNÇÕES DA INSTRUÇÃO CVM

Nº 358/2002: ANÁLISE CRÍTICA, 241

Gustavo Machado Gonzalez

1. Introdução	241
2. <i>Insider trading</i> , da lei à norma	242
2.1. A lei	242
2.2. A norma	245
2.3. Resolvendo a aparente antinomia	247
3. Natureza, função e justificativa das presunções da Instrução CVM nº 358/2002	249
3.1. Natureza e função	249
3.2. Presunções de relevância, acesso e uso	253
4. As presunções da Instrução CVM nº 358/2002	256
4.1. Artigo 13, <i>caput</i>	256
4.1.1. Presunção de uso	256
4.1.2. Presunção de acesso	258
4.2. Artigo 13, §1º	259
4.2.1. Presunção de uso	259
4.2.2. Ciência do caráter reservado da informação privilegiada	260
4.3. Artigo 13, §2º: Ex-administradores	261
4.4. Artigo 13, §3º, I: Reorganizações Societárias	262
4.5. Artigo 13, §3º, II: Negociação com ações de própria emissão	264
4.6. Artigo 13, §4º: Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais	267
4.7. Os §§5º, 6º e 7º: Exceções	270

4.8. Artigo 20, II e parágrafo único: Negociações indiretas	270
5. Algumas sugestões à guisa de conclusão	271
5.1. Ajustes redacionais – o estabelecimento de presunções claras.....	271
5.2. A substituição (ou complementação) da presunção de acesso por (com) regras procedimentais	274
5.3. A consolidação das regras de recompra na Instrução específica sobre o tema	276
5.4. Estabelecimento de verdadeiro período vedado	277

XIII. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE S/As FECHADAS: INVOLUÇÃO SISTÊMICA E COISAS QUE SE PERDEM PELO CAMINHO, 281

Henrique Cunha Barbosa

XIV. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA SEM REQUISITO DA URGÊNCIA E JUÍZO ARBITRAL NO DIREITO SOCIETÁRIO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMPETÊNCIA PARA SUA PRODUÇÃO, 307

Igor Bimkowski Rossoni

XV. APURAÇÃO DE HAVERES NA DISSOLUÇÃO PARCIAL ENVOLVENDO GRUPO DE SOCIEDADES LIMITADAS, 321

Ivo Waisberg e Herbert Morgenstern Kugler

1. Considerações Preliminares	321
2. Grupos de Sociedades Empresariais	322
3. Considerações específicas sobre a forma de apuração de haveres na dissolução parcial de sociedades limitadas	326
4. Conclusão	334

XVI. REFLEXÕES SOBRE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO E DE PATRIMÔNIOS DE AFETAÇÃO, 335

João de Oliveira Rodrigues Filho

1. Introdução	335
2. Sociedades de Propósito Específico e Recuperação Judicial.....	337

3. Recuperação Judicial e Patrimônio de Afetação.....	340
4. Conclusões	345

XVII. LEGITIMIDADE PASSIVA NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: UMA ANÁLISE CRÍTICA, 347

João Paulo Hecker da Silva

1. Premissas para uma boa técnica de procedimentos especiais e a importância do direito material	347
2. Premissa de direito material #1: a personalidade jurídica dos sócios não se confunde com a da Sociedade	350
3. Premissa de direito material #2: o contrato de sociedade tem particularidades, já que é classificado como plurilateral e de organização	353
4. Não existe litisconsórcio passivo necessário entre Sociedade e sócios: quando muito ele é facultativo	356
5. A inconstitucional extensão de efeitos da coisa julgada a quem não é parte no processo e não foi citado e outras incompatibilidades com dispositivos do Código de Processo Civil.....	367
6. A citação da sociedade	370
7. O litisconsórcio multitudinário: casos em que há muitos sócios	371
8. A reconvenção: pedido de indenização pela Sociedade	372
9. Encerramento	374

XVIII. ARBITRAGEM E RECUPERAÇÃO JUDICIAL: INTERSEÇÕES E CONTROVÉRSIAS, 377

José Antonio Fichtner e Marcelo Dickstein

I. Introdução	377
II. Considerações Iniciais Acerca da Convivência entre Recuperação Judicial e Arbitragem.....	379
III. Arbitrabilidade de Matérias Relacionadas à Recuperação Judicial	385
III.1. O Caso da Recuperação Judicial da Oi S.A.....	389
III.2. O Caso da Recuperação Judicial da TCI Desenvolvidos Imobiliários S.A.....	393
IV. Conclusão	397

**XIX. DESAFIOS E PERPLEXIDADES NA SOLUÇÃO DE
EMPATE NAS COMPANHIAS: A INTERFERÊNCIA NAS
DECISÕES DA SOCIEDADE PELA ARBITRAGEM, 399**

Juliana Krueger Pela e Mariana Martins-Costa Ferreira

Introdução: origem e objetivo deste artigo.....	399
1. A solução proposta pelo artigo 129, parágrafo segundo, da Lei das S/A.....	401
2. Empate nas relações societárias e a regra da maioria.....	403
3. Arbitragem como meio de resolução de empates	411
a. “Procedimento de arbitragem”: a solução por terceiro	412
b. Procedimento arbitral para resolução de empates: jurisdição contenciosa ou voluntária?.....	419
c. Empate em outros órgãos societários: é possível aplicar a regra do artigo 129, parágrafo segundo?	424
4. Intervenção nas decisões da sociedade: interesse social como limite.....	427
5. Conclusões.....	430

**XX. A ARBITRAGEM E AS TUTELAS DE URGÊNCIA DO
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 433**

Luis Felipe Ferrari Bedendi e Hamid Charaf Bdine Júnior

I. Introdução.....	433
II. As Tutelas de Urgência Pré-Arbitrais na Vigência do CPC/73	435
III. As Tutelas de Urgência no CPC/15 e sua Relação com o Processo Arbitral	442
IV. Negócios Processuais e Arbitragem	446
V. Competência Concorrente entre Arbitragem e Jurisdição Estatal para Exame das Tutelas de Urgência	447
VI. Conclusões	449
Bibliografia	449

**XXI. PARECER SOBRE DIVIDENDO MÍNIMO
OBRIGATÓRIO E RETENÇÃO DE LUCROS, 451**

Luiz Alberto Colonna Rosman e Ary Azevedo Franco Neto

Parecer Jurídico.....	451
-----------------------	-----

Consulta	451
Parecer	456
O Sistema da Lei das S.A.e os Interesses que suas Normas Procuram Proteger e Realizar	456
O Direito ao Dividendo – Regras e Garantias – O Dividendo Obrigatório	458
Regras para a Retenção de Lucros – Garantia Complementar ao Direito ao Dividendo.....	461
Regras da Lei para a Retenção de Lucros com Base em Orçamento de Capital	462
O Exercício do Direito de Voto e o Interesse da Companhia.....	464
A Interpretação da Lei Deve Buscar a Realização do Valor que Inspirou a Norma nela Contida.....	466
Análise da Situação de Fato Descrita na Consulta à Luz do Sistema da LSA.....	472
A Licitude do Procedimento da Consulente	472
A Ilicitude do Procedimento dos Autores do Litígio	477
Resposta aos Quesitos	482

XXII. O PAGAMENTO DOS DÉBITOS DA RECUPERANDA:

A SUB-ROGAÇÃO E O DIREITO DE REGRESSO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 491

Marcelo Barbosa Sacramone e Fernanda Neves Piva

1. Introdução	491
2. A sub-rogação como pagamento das obrigações.....	492
a. O pagamento pelo fiador e pelo segurador das obrigações da recuperanda	494
b. O pagamento do crédito trabalhista	496
c. Montante a ser satisfeito ao credor sub-rogado.....	499
3. O direito de regresso e o pagamento pelo avalista.....	500
a. O direito de regresso e a recuperação judicial do devedor ou avalizado	504
4. Conclusão	506
Bibliografia	507

XXIII. DA AÇÃO DE DESEMPATE NO DIREITO SOCIETÁRIO BRASILEIRO, 509

Marcelo Vieira von Adamek

1. Processo deliberativo, votação e maioria.....	509
2. Empate: sentido e consequências.....	512
2.1. O empate diante do DL nº 2.627/1940 e leis anteriores.....	512
2.2. O empate na Lei nº 6.404/1976	514
2.2.1. Critérios estatutários de desempate	515
2.2.2. Intervalo interassemblar	517
2.3. O empate no Código Civil e a aplicabilidade da regra às sociedades limitadas.....	517
3. A ação de desempate.....	519
3.1. Espécie de jurisdição e consequências de sua afirmação.....	519
3.2. Natureza do provimento	523
3.2.1. Pedido: objeto e extensão	523
3.2.2. Caráter dúplice da ação de desempate.....	524
3.3. Condições da ação	526
3.3.1. Legitimação ativa.....	526
3.3.2. Legitimação passiva e litisconsórcio.....	528
3.3.3. Interesse de agir	530
3.4. Participação do Ministério Público.....	531
3.5. Foro competente.....	532
3.6. Defesa e o seu conteúdo.....	532
3.7. Tutela de urgência	533
3.8. Instrução da causa.....	534
3.9. Sentença	534
3.10. Sucumbência.....	535
3.11. Coisa julgada.....	535
4. Outras questões polêmicas.....	536
4.1. Ação de desempate e quóruns qualificados	536
4.2. Ação de desempate e deliberações de outros órgãos societários colegiais.....	537
4.3. Outras aplicações da regra de desempate	539
4.4. Empate em associações	539
5. Bibliografia	540

**XXIV. REFLEXÕES SOBRE A EXCLUSÃO DE SÓCIO
DA SOCIEDADE LIMITADA POR JUSTA CAUSA, 545**

Maurício Moreira Menezes

Introdução	545
1. Questão de ordem: crise no contrato de sociedade e resolução da sociedade em relação a um sócio	546
2. Exclusão de sócio: breves anotações sobre a experiência estrangeira	547
3. A disciplina da exclusão no período anterior ao Código Civil de 2002	551
4. Regras de exclusão de sócio no Código Civil de 2002	553
5. A questão da justa causa	558
Conclusões	567
Referências	568

**XXV. PROCESSO SOCIETÁRIO COM INTERVENÇÃO
JUDICIAL NA ADMINISTRAÇÃO DAS SOCIEDADES, 571**

Mirelle Bittencourt Lotufo

1. Introdução	571
2. Intervenção Judicial na Administração das Sociedades Empresárias	575
2.1. Intervenção judicial mediata e imediata	575
2.2. O processo societário com pedido de intervenção judicial na administração	585
2.2.1. Características do processo societário com intervenção judicial na administração	586
3. Conclusão	601
4. Referências	603

**XXVI. O SURGIMENTO DA TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN*
E DOS CONTRATOS INTELIGENTES (*SMART CONTRACTS*):
FUNCIONAMENTO E DESAFIOS JURÍDICOS CORRELATOS, 605**

Fátima Nancy Andrighi

Considerações Introdutórias	605
Nota Preliminar: Tecnologia, Presente e Futuro	606
<i>Blockchain</i> : Características Básicas e Funcionamento	607

Contratos Inteligentes (<i>Smart Contracts</i>)	609
Desafios Jurídicos	613
Considerações Finais	617

XXVII. ASPECTOS PROCESSUAIS DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA, 619

Paulo Cezar Aragão

XXVIII. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 639

Paulo Furtado de Oliveira Filho

1. Introdução	639
2. Negócio jurídico processual	639
3. O procedimento de recuperação judicial	641
4. A possibilidade do uso do negócio jurídico processual na recuperação judicial.....	643

XXIX. FINANCIAMENTO DE ARBITRAGENS EM LITÍGIOS SOCIETÁRIOS, 647

Renato Berger

1. Introdução e Contexto	647
2. Íntegra da Cartilha Originalmente Produzida	648
2.1. Breve Explicação Sobre o Financiamento de Arbitragens	648
2.2. Análise de Pontos Específicos do Financiamento de Arbitragens em Litígios Societários	649
2.2.1. Objetivos e Efeitos da Inclusão de Regras sobre Financiamento de Arbitragens no Estatuto Social	649
2.2.2. Disponibilidade (ou não) de Financiamento de Arbitragens Societárias no Mercado.....	651
2.2.3. Grau de Abertura da Cadeia do Financiador.....	652
2.2.4. Aprovação da Contratação do Financiamento pela Companhia	652
2.2.5. Observações Específicas Relativas a Diferentes Tipos de Litígios Societários.....	653
2.3. Sugestão de Redação para Cláusulas Arbitrais Estatutárias	659
3. Novos Comentários e Reflexões.....	659

3.1. Conveniência de se mencionar expressamente, na cláusula estatutária, a possibilidade do financiamento de arbitragens.....	659
3.2. Um dos Cernes da Matéria – A Vinculação da Companhia aos Arranjos que Impactem sua Eventual Indenização.....	661
3.3. Sigilo do Procedimento – Divulgações ao Financiador	664
3.4. Reembolso de Despesas ao Autor da Ação art. 159, §5º, da Lei das S.A.	667
3.5. Classificação ou não dos custos do financiamento como despesas indenizáveis	669
4. Fecho	671

XXX. OS EFEITOS JURÍDICOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS, OS ACHADOS DA *DUE DILIGENCE* E A RESPONSABILIDADE PELA RUPTURA DAS NEGOCIAÇÕES, 673

Rodrigo Octávio Broglia Mendes

I. Fatos.....	673
II. Parecer	675
1. Colocação do Problema	675
2. As Negociações e Fases de uma Operação de Participação Societária	676
(a) Negociação preliminar e MoU	676
(b) A <i>Due Diligence</i>	678
3. A relevância jurídica das negociações e a qualificação dos memorandos de entendimentos.....	681
4. O MoU não é Contrato Preliminar e tampouco Vinculante.....	685
5. Inexistência de responsabilidade pela ruptura das negociações	691
6. Ausência de violação da Cláusula de Confidencialidade.....	695
III. Respostas aos Quesitos.....	697

XXXI. BREVES NOTAS SOBRE A NOVAÇÃO DE CRÉDITOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEUS EFEITOS MATERIAIS E PROCESSUAIS, 699

Sheila C. Neder Cerezetti e Gabriela de Oliveira Junqueira

1. Introdução	699
2. A novação de créditos na recuperação judicial	701

3. Os efeitos materiais e processuais da novação de créditos sujeitos à recuperação judicial.....	705
3.1. Efeitos da novação sobre obrigações de terceiros: a discussão sobre o âmbito subjetivo da novação	705
3.2. Extinção das execuções individuais contra a devedora	711
3.3. Baixa de protestos e retirada do nome da devedora de cadastros de inadimplentes	713
4. Conclusão	715
Bibliografia	716

FLÁVIO LUIZ YARSHELL
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

Coordenação

PROCESSO SOCIETÁRIO

VOLUME IV

Adriano Erdei Braga Tavares	Ivo Waisberg
Adriano Helena Sasseron	João de Oliveira Rodrigues Filho
Adriano Teixeira Guimarães	João Guilherme Rache Gebran
André de Albuquerque Cavalcanti Abbud	José Rogério Cruz e Tucci
Andrea Braga	Juliana Bonacorsi de Palma
Andrea Galhardo Palma	Laura Patella
Antonio Pedro Garcia de Souza	Lucas Britto Mejias
Bárbara Pessoa Ramos	Lucas Buriel de Macêdo
Cláudia Gruppi Costa	Luis Felipe Bedendi
Daniel de Avila Vio	Marcelo Barbosa Sacramone
Daniel Kalansky	Marcelo Guedes Nunes
Daniel Kaufman Schaffer	Marcelo Perlman
Daniel Luiz Yarshell	Marcelo Roberto Ferro
Eduardo Azuma Nishi	Marcelo Vieira von Adamek
Eduardo de Carvalho Becerra	Maria Rita Rebello Pinho Dias
Eduardo Pellegrinelli	Mariana Martins-Costa Ferreira
Eduardo Secchi Munhoz	Mariana Pargendler
Eduardo Talamini	Max Magno Ferreira Mendes
Eli Loria	Mikael Martins de Lima
Erasmão Valladão Azevedo e Novaes França	Nelson Eizirik
Fabio de Souza Rodrigues Marques	Newton Coca Bastos Marzagão
Fábio Ulhoa Coelho	Nicole Raca Bromberg
Flávio Luiz Yarshell	Paula da Rocha e Silva Formoso
Franco Gevaerd	Paulo Cezar Aragão
Fredie Didier Júnior	Paulo Roberto Grava Brazil
Gabriela Ristow	Raul Longo Zocal
Giovanna Rennó Duque	Renato Berger
Grasiela Cerbino	Renato Vilela
Guilherme Setoguti J. Pereira	Rodrigo Mendes de Araujo
Henrique Cunha Barbosa	Sheila C. Neder Cerezetti
Igor Bimkowsi Rossoni	Viviane Muller Prado
Ivo Bari Ferreira	Viviane Siqueira Rodrigues

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2021
quartierlatin@quartierlatin.art.br

**FLÁVIO LUIZ YARSHELL;
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA (COORDS.)**

Processo Societário – Volume IV

São Paulo: Quartier Latin, 2021.

ISBN 978-65-5575-073-7

1. Direito Societário. 2. Processo Civil. 3. Processo Societário. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Prefácio por Manoel de Queiroz Pereira Calças27

**I. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PRESTAÇÃO DE
CONTAS NA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO, 29**

Adriano Erdei Braga Tavares e Raul Longo Zocal

1. Introdução	29
2. Descrição dos temas preliminares	32
2.1. Regime da SCP; projeção interna	32
2.2. Patrimônio especial	35
3. Dissolução.....	37
4. Direitos do sócio pela dissolução	43
5. Conclusões.....	51
Bibliografia	52

**II. DOSIMETRIA DAS SANÇÕES EM PROCESSO
ADMINISTRATIVO SANCIONADOR DA CVM:
CONSIDERAÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS, 53**

Adriano Teixeira Guimarães, Juliana Bonacorsi de Palma e Viviane Muller Prado

1. Introdução	53
2. Contexto dos novos critérios de dosimetria da ICVM 607/2019	55
3. Análise do “sistema trifásico” da dosimetria sancionatória na ICVM 607/2019: segurança jurídica e dever regulamentar	63
3.1. Inspiração no Direito Penal	63
3.2. Dever regulamentar do programa sancionador	66
3.3. A CVM cumpriu com o seu dever regulamentar do processo sancionador trifásico com a ICVM 607/2019?	67
a. Primeira fase: definição da pena-base.....	68
b. Segunda fase: agravantes e atenuantes.....	70
c. Terceira fase: causa de redução da pena	71
4. Uma proposta para superar a indeterminação dos critérios de dosimetria da ICVM 607/2019	71

III. ARBITRAGEM SOCIETÁRIA: AUTORIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL E A REGRA SOBRE INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS NAS DISPUTAS SOBRE RELAÇÕES INCINDÍVEIS, 77

André de Albuquerque Cavalcanti Abbud e Paulo Cezar Aragão

1. Introdução: o problema.....	77
2. A coisa julgada e os efeitos das sentenças em relação a terceiros: premissas	80
3. Eficácia e autoridade da sentença nas relações jurídicas incindíveis: posições.....	83
4. A comunicação da arbitragem aos terceiros interessados: meios, desafios e soluções	93
4.1. A questão da confidencialidade.....	98
4.2. A quem caberia o dever de comunicar?.....	99
4.3. Qual seria o ato normativo mais adequado para a regulação? A concorrência e o diálogo entre as fontes.....	100
5. Conclusão	105
6. Bibliografia	106

IV. OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS SOCIETÁRIAS: UMA ESCOLHA EFICIENTE NO BRASIL?, 109

Andrea Galhardo Palma

Introdução	109
1. ● Sistema Multiportas e os Diferentes Métodos Alternativos	110
2. As Peculiaridades das Disputas Societárias e a ● Questão da Escolha do Método Eficiente ou do Desenho de Disputa.....	117
3. ●s Entraves Culturais e Estruturais	119
4. A importância de uma política nacional de incentivo ao uso das ADRs.....	121
Conclusão.....	122
Referências Bibliográficas.....	123

V. O CONTROLE JUDICIAL DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO COM A EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O ALCANCE E AS LIMITAÇÕES DO NOVO ART. 69-B DA LEI Nº 11.101 DE 2005, 125

Antonio Pedro Garcia de Souza

O Objeto deste Artigo.....	125
I. O Financiamento da Empresa em Crise	126
a. Sua justificativa e necessidade	126
b. O controle de legalidade do contrato de financiamento com o devedor....	128
II. O Tratamento do Financiamento do Devedor em Recuperação e o Controle Judicial e Recursal Estabelecido pela Lei 14.112 na LRE.....	130
a. O novo tratamento legal do financiamento do devedor na LRE.....	130
b. O art. 69-B: seu propósito e a problemática associada	132
III. Análise Crítica do Art. 69-B.....	134
a. O teor do dispositivo é constitucional?.....	134
b. A opção legislativa é adequada?	136
c. Questões concretas e pontuais relacionadas à interpretação do art. 69-B	142
Conclusão.....	147
Bibliografia	149

VI. O DOLO ACIDENTAL EM CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA: CRITÉRIOS PARA A QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS, 153

Cláudia Gruppi Costa e Guilherme Setoguti J. Pereira

1. Introdução	153
2. Noções preliminares sobre o dolo accidental	155
3. Quantificação de danos em caso de dolo accidental: qual é o interesse buscado pelo <i>deceptus</i> ?.....	159
4. Certeza do dano: apenas o dano certo é passível de indenização.....	161
4.1. A comprovação da vontade do deceptor como elemento de quantificação.....	164
5. Nexa de causalidade.....	172
5.1. As teorias do nexa de causalidade.....	172
5.2. A relevância do nexa de causalidade para a quantificação do dano nas hipóteses de dolo accidental	176

5.3. A culpa da vítima: seu impacto na cadeia causal e na quantificação do dano	178
5.4. O critério para a quantificação nas hipóteses de culpa concorrente	181
6. Conclusão	185
Bibliografia	186

VII. CONTAS, *QUITUS* E RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES, 189

Daniel de Avila Vio e Adriano Helena Sasseron

1. Introdução	189
2. Origem do <i>Quitus</i> e Particularidade do Regime Brasileiro	190
3. O Sentido do <i>Quitus</i> (Fundamento Teleológico)	194
4. As Deliberações sobre as Contas e as Demonstrações Financeiras	196
4.1. Natureza Jurídica; Distinção entre Objeto e Efeitos da Deliberação.....	196
4.2. Distinção entre Contas e Demonstrações Financeiras	199
4.3. Aprovação com Reserva.....	202
4.4. Impedimento de Voto e Conflito de Interesse	206
4.5. Rejeição	210
4.6. “Voto Verdade”, Declaração de Vontade e Acordo de Acionistas	211
5. Efeito Exoneratório	213
5.1. Extensão Subjetiva.....	213
5.2. Extensão Objetiva.....	215
5.3. O Peso das Informações Prestadas e a Divergência entre os Coautores	217
6. O Labirinto da Impugnação do <i>Quitus</i> no Direito Brasileiro	221
6.1. Irrevogabilidade da Exoneração.....	221
6.2. Legitimidade Ativa e Passiva.....	224
6.3. Decadência e Prescrição.....	227
7. Conclusões.....	229

**VIII. BREVES REFLEXÕES SOBRE A DISSOLUÇÃO
DE SOCIEDADE E O PAGAMENTO DE HAVERES
NAS GRANDES BANCAS DE ADVOCACIA, 231**

Daniel Luiz Yarshell

1. Introdução e objetivo deste artigo.....	231
2. “Atividade econômica organizada”, “elemento de empresa” e grandes estruturas	232
3. Apuração de haveres	238
a. Da possibilidade de apuração ampla do patrimônio imaterial, inclusive à luz de doutrina e jurisprudência do STJ.....	239
b. Reflexões sobre o julgamento do REsp 1.227.240/SP e sobre a coexistência de sociedades de advogados com atuação empresarial....	244
c. Das eventuais limitações impostas pelo contrato social	248
4. Reflexões sobre os efeitos da extinção do vínculo societário em relação ao sócio: cláusula de <i>non compete</i> e teoria do terceiro cúmplice	253
5. Conclusão	256
6. Bibliografia	257

**IX. O CRITÉRIO DE APURAÇÃO DE HAVERES NA
DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES E O
PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA, 259**

Eduardo Azuma Nishi

1. Introdução – Relevância do tema.....	259
2. Evolução Normativa dos Critérios de Apuração de Haveres	260
3. Atual critério legal de apuração de haveres	266
4. Tratamento dos Intangíveis.....	270
5. Orientação Jurisprudencial em relação ao fundo de comércio na apuração de haveres	275
6. Conclusão	284
Bibliografia	289

X. A OBRIGAÇÃO DE NÃO CONCORRÊNCIA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA, 291*Eduardo Pellegrinelli*

1. Introdução	291
2. Validade	292
2.1. Aspectos gerais.....	292
2.2. Interpretação restritiva	294
2.3. Limites material, espacial e temporal	295
2.4. Cláusula excessiva	298
2.5. Interpretação dos contratos	298
2.6. Obrigação acessória	299
3. Ampliação Subjetiva	300
3.1. O porquê da ampliação subjetiva	300
3.2. Situações em que a ampliação subjetiva é admitida.....	301
3.3. Situações em que a ampliação subjetiva não é admitida.....	305
4. Meios para Imposição da Obrigação	306
4.1. Aspectos gerais.....	306
4.2. Interrupção da atividade	306
4.3. Multa diária	308
4.4. Cláusula penal.....	308
5. Proximidade com a Concorrência Desleal	312
6. Conclusão	317
7. Bibliografia	318

**XI. A TIPOLOGIA SOCIETÁRIA E SUA FUNÇÃO ECONÔMICA.
DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA,
PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE DO CAPITAL E CARÁTER
INSTITUCIONAL DA EMPRESA, 319**

Eduardo Secchi Munhoz

I. Introdução	319
II. Função socioeconômica do princípio da intangibilidade de capital social	322
III. A tendência de aplicar à sociedade anônima fechada o regime jurídico próprio das sociedades do Código Civil e suas consequências econômicas.....	325
IV. A dissolução parcial da companhia fechada na jurisprudência e no Código de Processo Civil, de 2015	328
V. Síntese das conclusões.....	332

XII. COISA JULGADA E EFEITOS DA SENTENÇA NA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE DELIBERAÇÃO SOCIETÁRIA, 335

Eduardo Talamini

1. Introdução	335
2. A definição da coisa julgada	336
3. Limites subjetivos da coisa julgada.....	340
3.1. Parâmetros constitucionais.....	340
3.2. Extensão dos efeitos da sentença a terceiros – Relevância da distinção entre efeitos e coisa julgada.....	341
3.3. Pluralidade de legitimados para a impugnação da deliberação: efeitos da sentença e coisa julgada	344
3.4. A hipótese de colegitimados com interesse na declaração de validade da deliberação	348
3.5. A disposição da segunda parte do art. 506 do CPC.....	351
3.6. Negócios processuais societários para a ampliação subjetiva da coisa julgada.....	354
4. Limites objetivos da coisa julgada	358
5. Limites temporais da coisa julgada	362
6. A validade da deliberação societária como questão prejudicial.....	369
7. Autoridade da sentença arbitral sobre impugnação de deliberação societária.....	370
8. Conclusão	371
Referências bibliográficas	374

XIII. SOLICITAÇÃO DE LISTA DE COTISTAS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO, 379

Eli Loria e Daniel Kalansky

1. Introdução	379
2. As normas da Lei das S.A. que permitem o acesso às informações dos demais acionistas.....	381
2.1. Art. 100, §1º, da Lei das S.A.....	381
2.2. Arts. 126, §3º, da Lei das S.A.....	386
2.3. Conclusões acerca dos dispositivos de que dispõem os acionistas	390
3. Da possibilidade de aplicação das disposições da Lei das S.A. aos fundos de investimento	390

4. Barreiras ao acesso de informação pelos cotistas de fundo de investimento	393
5. Conclusão	399

XIV. NOTAS À AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA ACIONISTA CONTROLADOR, 401

Erasmu Valladão Azevedo e Novaes França e Marcelo Vieira von Adamek

1. Introdução	401
2. O sistema das ações de responsabilidade civil contra acionista controlador.....	403
3. Ação social de responsabilidade civil contra acionista controlador.....	404
3.1. Procedimento, objeto e pedido	405
3.2. Legitimação ativa (ordinária e extraordinária)	405
3.3. Legitimação passiva: acionista controlador	407
3.4. Jurisdição e competência.....	414
3.5. Valor da causa	416
3.6. Prova.....	419
4. Ação individual de responsabilidade civil contra acionista controlador	422
5. Outros temas controvertidos.....	425
5.1. Prévia deliberação assemblear	425
5.2. Legitimação e controle totalitário conjunto	426
5.3. Prêmio e honorários de advogado	430
5.4. A posição jurídica do administrador	430
5.5. A Lei das Estatais e a responsabilidade do controlador	433
6. Bibliografia	436

XV. A DISSOLUÇÃO TOTAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 441

Fábio Ulhoa Coelho

I. Introdução	441
II. Dissolução total e liquidação de sociedade.....	443
II.1. As modalidades de dissolução-ato	444
II.2. A liquidação da sociedade	444
II.3. Dissolução-ato judicial e liquidação extrajudicial.....	445
III. Liquidação da sociedade dissolvida	446

III.1. Decisões judiciais sobre a liquidação extrajudicial	447
III.2. Escolha do liquidante	448
III.3. Liquidação de sociedade sem liquidante.....	449
IV. A liquidação da sentença dissolutória	450
V. Conclusão: coisa julgada e recomposição da sociedade.....	452

XVI. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA DESVINCULADA DA URGÊNCIA NA ARBITRAGEM: RÉQUIEM? 455

Flávio Luiz Yarshell, Viviane Siqueira Rodrigues, Eduardo de Carvalho Becerra e Fabio de Souza Rodrigues Marques

1. Introdução	455
2. Da natureza jurisdicional da atividade desenvolvida na produção antecipada de prova	457
3. Segue: do conflito existente na produção antecipada da prova.....	460
4. Segue: submeter a produção antecipada da prova ao controle dos árbitros é coerente com a jurisdição arbitral	465
5. Conclusão	471

XVII. ALIENAÇÃO (JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL) DE BEM POR SOCIEDADE DIFERENTE DA CREDORA QUE COMPÕE GRUPO SOCIETÁRIO – UM BOM EXEMPLO DE NEGÓCIO JURÍDICO EXECUTIVO SOBRE LEGITIMIDADE, 473

Fredie Didier Júnior e Lucas Buril de Macêdo

1. Introdução: uma situação prática que merece cuidado teórico	474
2. Exame da alienação judicial no CPC/2015.....	475
2.1. Considerações teóricas sobre a alienação judicial	475
2.2. Características da alienação por iniciativa particular.....	478
2.3. Enquadramento legal da alienação efetivada por sociedade componente do grupo societário da exequente	483
2.4. Atuação de outra sociedade do mesmo grupo de sociedades na condução da alienação judicial como alienação judicial promovida pelo exequente	486
3. Riscos jurídicos processuais da alienação por iniciativa particular por sociedade diversa e medidas para sua atenuação.....	491

3.1. Oposição do devedor	491
3.2. Convenção processual nos contratos para fixar a técnica processual adequada para a alienação do bem.....	495
4. Alienação extrajudicial no caso de busca e apreensão (art. 2º do Decreto-Lei nº 911/1969).....	500
5. Conclusões.....	503
6. Referências.....	504

**XVIII. OS PRAZOS NA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PRAZOS PARA O *STAY PERIOD*,
PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
E PARA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES, 507**

Gabriela Ristow e Laura Patella

Introdução	507
1. Panorama dos prazos da Lei 11.101/2005 e alguns destaques	509
2. O prazo do artigo 6º da Lei 11.101/2005: objetivo e finalidade	511
2.1. Hipóteses de prorrogação e fundamentos legais.....	515
3. O prazo do artigo 53 da Lei 11.101/2005: objetivo e finalidade.....	520
3.1. A possibilidade de modificação do plano de recuperação judicial até a aprovação em assembleia geral de credores.....	523
4. O prazo do artigo 56, §1º, da Lei 11.101/2005: objetivo e finalidade	527
4.1. A compatibilização com os demais prazos e a possibilidade de prorrogação	529
5. A regra do Código de Processo Civil sobre a contagem de prazos em dias úteis e dias corridos	533
5.1. Análise da aplicação da regra do artigo 219 do Código de Processo Civil à Lei 11.101/2005 pelos tribunais.....	535
5.2. A solução dada pelo Projeto de Lei 4.458/2020 à contagem dos prazos na recuperação judicial	541
Considerações finais	542
Bibliografia.....	543

XIX. A CONTROVERSA TUTELA COLETIVA DE DIREITOS DO MERCADO DE CAPITAIS, 545

Grasiela Cerbino

I. Contextualização fática e relevância do tema	545
II. O exercício da tutela coletiva de direitos e suas controvérsias	547
i. A legitimidade ativa	547
ii. A legitimidade passiva	551
iii. A arbitrabilidade das demandas coletivas	552
iv. O sigilo.....	555
v. A participação do Ministério Público.....	556
vi. A quantificação dos danos.....	556
III. Origem histórica do instituto.....	561

XX. RELATÓRIO OCDE SOBRE AÇÕES DERIVADAS E ARBITRAGEM COLETIVA. “PRIVATE ENFORCEMENT OF SHAREHOLDER RIGHTS: A COMPARISON OF SELECTED JURISDICTIONS AND POLICY ALTERNATIVES FOR BRAZIL”, 565

Guilherme Setoguti J. Pereira

Introdução	565
1. Introduction.....	566
2. Derivative Lawsuits Under Brazilian Law	568
3. Derivative lawsuits against managers (directors and officers) (LSA article 159).....	571
4. Issues for consideration/Recommendations.....	574
5. Derivative lawsuit against the controlling shareholder (LSA article 246).....	579
6. Cost of the proceedings	581
7. Issues for discussions/Recommendations.....	585
8. Minimum ownership thresholds (LSA article 291).....	590
9. Issues for consideration/Recommendations.....	591
10. Subsequent control over a derivative suit and settlements.....	593
11. Mechanisms to reduce the information asymmetry among shareholders, the company, the controlling shareholder and managers....	593
12. Collective Arbitration Under Brazilian Law.....	596

13. Confidentiality.....	603
14. Issues for discussion/Recommendations.....	604
15. Conclusions	626
Notas de Fim.....	631

XXI. APONTAMENTOS ACERCA DOS CONFLITOS FINANCEIROS NO ENTORNO DA COMPANHIA (REEMBOLSO, AUMENTO DE CAPITAL, DIVIDENDOS, RESERVAS E RETENÇÕES DE LUCROS): O CONTENCIOSO SOCIETÁRIO ENTRE O DIREITO, A CONTABILIDADE E AS FINANÇAS CORPORATIVAS, 645

Henrique Cunha Barbosa

1. Delimitação do Tema.....	645
2. O Dilema do Valor do Reembolso e sua Aferição.....	647
3. Aumentos de Capital e suas Controvérsias.....	655
4. Usos e Abusos na Distribuição de Resultados, Dividendos, Reservas e Retenções.....	668
5. Considerações Finais	678

XXII. EVICÇÃO DE BEM INTEGRALIZADO EM SOCIEDADE ANÔNIMA: NOTAS SOBRE O REGIME DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO ACIONISTA SUBSCRITOR, 681

Igor Bimkowski Rossoni

1. Introdução.....	681
2. O capital social e a proteção conferida a ele pela LSA.....	683
3. A equiparação da responsabilidade civil do acionista à do vendedor.....	686
4. Alternativas para recomposição do capital social	690
5. Prazo prescricional e seu termo a quo	692
6. Valor da indenização	698
7. Sucessão processual, denúncia da lide e autonomia da ação de evicção.....	700
8. Conclusão	702
Bibliografia.....	703

XXIII. DISSOLUÇÃO PARCIAL, RECESSO E APURAÇÃO DE HAVERES EM S/As FECHADAS, 705

Ivo Bari Ferreira e Renato Vilela

1. Introdução	705
2. Dissolução Parcial e Recesso em S/As Fechadas.....	706
2.1. Recesso na Lei das S/A.....	707
2.2. Retirada pelo CPC/2015 (art. 599, § 2º)	710
2.3. Retirada por Quebra de <i>Affectio Societatis</i> e Exclusão de Acionista de S/A Fechada.....	713
3. Reembolso ou Apuração de Haveres em S/As Fechadas	719
3.1. Operação de reembolso.....	720
3.2. Apuração de haveres	721
3.3. Reembolso ou apuração de haveres em sede de dissolução parcial?	723
4. Conclusões.....	724
Bibliografia	725

XXIV. A IMPOSSIBILIDADE DE RECUSA DA COMPANHIA AO REGISTRO NOS LIVROS SOCIAIS E AS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS PARA QUE A FUNÇÃO REGISTRAL SEJA CUMPRIDA, 727

Ivo Waisberg e Bárbara Pessoa Ramos

1. Considerações Preliminares	727
2. A Natureza da Inscrição no Livro de Registro de Ações Nominativas e o seu Efeito Constitutivo de Direito.....	728
3. Os Limites da Competência Registral Atribuída à Companhia	733
4. A Recusa ao Registro nos Livros Sociais e as Consequências Advindas de Tal Conduta.....	736
5. Conclusão	744
6. Bibliografia	745

XXV. UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A INTERVENÇÃO JUDICIAL NA VONTADE COLETIVA RESULTANTE DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE REGRAS DE DIREITO SOCIETÁRIO PARA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS, 747

João de Oliveira Rodrigues Filho

1. Introdução – Ontologia da Recuperação Judicial e Hermêutica	747
2. Da Assembleia Geral de Credores na Recuperação Judicial	757
3. Proteção do Direito dos Minoritários pelas Regras da Sociedade Anônima – Breves Reflexões	759
4. Recuperação Judicial e a Vontade Coletiva Extraída da AGC Reflexões sobre os Limites da Intervenção Judicial	761
5. Conclusão	771

XXVI. A BANALIZAÇÃO DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA NO BRASIL: A AUSÊNCIA DE *DISTINGUISHING* NA EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL, 773

João Guilherme Rache Gebran e Mariana Pargendler

1. Introdução	773
2. Breve síntese da evolução jurisprudencial sobre a dissolução parcial de sociedade anônima.....	777
3. O caso Cocelpa como caso difícil.....	781
a. Breve síntese fática.....	781
b. O Recurso Especial do caso Cocelpa.....	782
c. Os Embargos de Divergência do caso Cocelpa	784
4. O caso Indústria Kirchner e a ausência de <i>distinguishing</i>	788
a. Breve síntese fática.....	788
b. Recurso Especial	789
c. O julgamento dos Embargos de Divergência do caso Indústria Kirchner	789
5. A proliferação da heterodoxia em razão da ausência de <i>distinguishing</i> : a confusão entre dissolução parcial e exclusão de acionista.....	793
6. Conclusão	795
7. Bibliografia	796

XXVII. QUESTÕES POLÊMICAS ACERCA DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL DO ACIONISTA, 799

José Rogério Cruz e Tucci

1. O acionista como legitimado extraordinário	799
2. Efeitos substanciais da relação entre substituto e substituído.....	800
3. A previsão legal da Lei das S/A	801
4. Inequívoca natureza processual da multa por litigância de má-fé	802
5. Raciocínio inverso a demonstrar que a multa deve ser revertida ao substituto processual.....	804
6. Rateio do prêmio destinado ao acionista minoritário.....	805
Bibliografia	811

XXVIII. INTEGRAÇÃO DE TERCEIROS E CONSOLIDAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EM ARBITRAGENS SOCIETÁRIAS, 813

Lucas Britto Mejias

1. Introdução	813
2. Consolidação de procedimentos e integração de terceiros	817
3. Requisitos para a sua utilização.....	819
i. Conveniência	819
ii. Existência de convenções arbitrais idênticas ou compatíveis.....	821
iii. Consentimento das partes	823
iv. Paridade na eleição do tribunal arbitral (ou, ao menos, a renúncia a tal prerrogativa)	825
v. Respeito ao sigilo.....	828
4. Tratamento conferido ao tema pelos regramentos arbitrais mais utilizados em âmbito nacional.....	830
5. Conclusão	835
6. Bibliografia	835

XXIX. A AÇÃO DE EXIGIR CONTAS E AS SOCIEDADES LIMITADAS, 837

Luis Felipe Bedendi

I. Introdução.....	837
II. A ação de exigir contas no Código de Processo Civil	838

III. A administração das sociedades limitadas como objeto	
das prestações de contas.....	840
IV. As contas.....	842
V. Conclusão.....	850
Bibliografia	850

XXX. MEIOS DE SOERGUMENTO DA EMPRESA EM CRISE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 853

Marcelo Barbosa Sacramone e Max Magno Ferreira Mendes

Introdução	853
1. As diversas modalidades de crise da empresa	856
2. Plano de Recuperação Judicial e a negociação estruturada.....	859
3. Meios de Recuperação Judicial	861
4. A adequação dos meios de recuperação em relação à crise da atividade empresarial	864
Conclusão	866
Bibliografia	866

XXXI. DISSOLUÇÃO PARCIAL, APURAÇÃO DE HAVERES E SINCRETISMO PROCESSUAL, 869

Marcelo Guedes Nunes, Mikael Martins de Lima e Rodrigo Mendes de Araujo

1. Resolução da sociedade e apuração de haveres.....	869
2. Apuração de haveres como ação e como fase de liquidação	870
3. (Im)possibilidade ontológica e moda estatística.....	871
4. Oxímoros e metonímias.....	872
5. Apuração de haveres implícita ao pedido de resolução.....	874
6. Desafios da legitimação na ação de dissolução parcial.....	877
7. Legitimidade ativa	877
8. Legitimidade ativa no caso de exercício de direito de retirada	878
9. Legitimidade ativa no caso de exclusão.....	878
10. Legitimidade ativa no caso de morte	879
11. Legitimidade passiva.....	881
12. Legitimidade passiva na retirada ou recesso.....	881
13. Legitimidade passiva na exclusão.....	883
14. Legitimidade passiva na apuração de haveres.....	883

XXXII. O PODER-DEVER DO JULGADOR DE ESTIMULAR A MEDIAÇÃO, 887

Marcelo Perlman e Franco Gevaerd

1. Introdução	887
2. O Poder-Dever do Juiz de Estimular a Mediação	890
3. Delimitações do Poder-Dever do Juiz de Estimular a Mediação.....	896
4. Possíveis Críticas.....	904
5. O Estímulo à Autocomposição no Âmbito da Arbitragem	907
6. Conclusão	910

XXXIII. CONFIDENCIALIDADE NA ARBITRAGEM: O ABUSO NAS EXCEÇÕES, 913

Marcelo Roberto Ferro

Introdução.....	913
I. As fontes das exceções ao princípio da confidencialidade.....	914
A. Leis nacionais	914
B. Os regulamentos institucionais.....	917
II. O exercício abusivo do direito ao afastamento da confidencialidade (ou “a ilegitimidade das causas legítimas”).....	922
A. O abuso na divulgação por força de procedimento de anulação de uma sentença arbitral	922
B. Abuso na divulgação exigida pela regulamentação sobre transparência aplicável ao mercado financeiro	924
C. Exceção à exceção do interesse público, ou interesse da justiça	929
D. Abuso na divulgação de petições ou documentos em processos paralelos	931
Conclusão.....	934

XXXIV. TEMAS ATUAIS E CONTROVERTIDOS DA AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA SOCIEDADE CONTROLADORA (LSA, ART. 246), 937

Marcelo Vieira von Adamek

1. Introdução	937
2. Ação social derivada: o instrumento processual de tutela da minoria e a necessária calibração teleológica do metro exegético.....	938

3. O prêmio: base de cálculo e percentual	943
4. Os honorários de advogado: base de cálculo, percentual e aplicação da regra nos processos judicial e arbitral.....	946
5. Os critérios de divisão do prêmio e dos honorários entre litisconsortes ativos	952
6. A caução e a sua fixação	955
7. Bibliografia	957

XXXV. A IMPROVÁVEL, MAS EXISTENTE, AÇÃO DE DESEMPATE DE DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES: BREVES ANOTAÇÕES DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL – PELA PERSPECTIVA DO JULGADOR. A INCOMPATIBILIDADE DO TEMPO DO PROCESSO COM O TEMPO DO NEGÓCIO, 961

Maria Rita Rebello Pinho Dias

1. Breves considerações sobre aspectos de Direito Material da Ação de Desempate.....	962
2. Breves considerações sobre aspectos de Direito Processual da Ação de Desempate.....	972

XXXVI. O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA E A AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA O ACIONISTA CONTROLADOR DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA: ANÁLISE DA DECISÃO PROFERIDA PELO STJ NO CC Nº 151.130/SP, 979

Nelson Eizirik, Andrea Braga e Giovanna Rennó Duque

Introdução	979
A decisão proferida pelo STJ no CC nº 151.130/SP	980
A relativização do princípio da competência-competência em caso de “vício flagrante” e os parâmetros para a sua configuração	985
A vinculação do acionista controlador de sociedade de economia mista à cláusula compromissória estatutária	989
A responsabilização civil do acionista controlador de sociedade de economia mista	993
Análise das teses jurídicas acolhidas pelo STJ no CC nº 151.130/SP	998

Conclusão.....	1001
Bibliografia.....	1003

**XXXVII. ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA: NOTAS
CRÍTICAS SOBRE O SEU EMPREGO À LUZ DO
REGIME DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL, 1007**

Newton Coca Bastos Marzagão e Daniel Kaufman Schaffer

1. Introdução e delimitação do objeto.....	1007
2. Arbitragem coletiva societária por substituição: o que é?.....	1011
3. Falta de autorização legal para legitimação extraordinária em arbitragem	1015
3.1. Restrições à aplicação do Código de Defesa do Consumidor	1018
3.2. Legitimidade exclusiva do Ministério Público: tutela coletiva restrita a processos estatais. Inviabilidade de arbitragem coletiva societária.....	1019
4. Falta de consentimento: inarbitrabilidade	1024
4.1. Limites subjetivos da cláusula compromissória: vinculação específica que não pode ser presumida. Inarbitrabilidade subjetiva.....	1027
4.1.1. Ainda sobre a inarbitrabilidade subjetiva: associações de “gaveta”	1032
4.2. Limites objetivos da cláusula compromissória: inarbitrabilidade objetiva	1034
5. Conclusões e comentários finais	1039
Referências Bibliográficas	1041

**XXXVIII. ARBITRAGEM DE CLASSE E TUTELA COLETIVA
DE INVESTIDORES NO ÂMBITO DA LEI Nº 7.913/892, 1047**

Nicole Raca Bromberg

1. Por que a experiência norte-americana não serve como modelo para o Brasil.....	1049
2. Direitos coletivos são arbitráveis?.....	1055
2.1. Direitos individuais homogêneos.....	1057
2.2. Direitos difusos e coletivos (<i>stricto sensu</i>).....	1062

3. ● Ministério Público e as associações civis não estão vinculados à cláusula compromissória celebrada pelos investidores.....	1066
4. Sentença arbitral e coisa julgada <i>erga omnes</i>	1072
5. Publicidade e transparência em arbitragem: uma omissão legislativa	1079
6. ● Obstáculos para participação de investidores e terceiros em uma arbitragem coletiva.....	1083
7. Conclusão	1089

XXXIX. REFLEXOS DA SIMULAÇÃO SUBJETIVA NA AQUISIÇÃO DE QUOTAS DO CAPITAL SOCIAL, 1091

Paula da Rocha e Silva Formoso

1. Introdução	1091
2. Liberdade de escolha dos empresários e seus limites.....	1092
3. Simulação subjetiva e a validade do negócio jurídico	1096
4. Consequências da simulação subjetiva no ingresso de sócio nos quadros sociais	1101
5. Conclusão	1104
Referências bibliográficas	1104

XL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E LITISCONSÓRCIO, 1107

Paulo Roberto Grava Brazil

I. Introdução.....	1107
II. Recuperação Judicial e Litisconsórcio: Algumas Premissas.....	1110
III. Litisconsórcio, Recuperação e Jurisprudência.....	1112
IV. ● principal estabelecimento e a recuperação em litisconsórcio.....	1116
V. ● pedido de recuperação judicial em litisconsórcio	1117
VI. A excepcionalidade da imposição do litisconsórcio em consolidação substancial	1119
VII. Plano de Recuperação Judicial e Assembleia de Credores.....	1121
VIII. ● litisconsórcio no Projeto de Lei n. 6229, de 2005.....	1125
IX. Conclusão.....	1128
Bibliografia	1129

XLI. AS CLASS ACTIONS NOS ESTADOS UNIDOS, 1131*Renato Berger*

1. Introdução	1131
2. Origem e Fontes Legais Atuais	1132
3. Noções Fundamentais e Delimitação Geral da Controvérsia.....	1135
4. Certificação da Classe.....	1137
4.1. Primeiro Parâmetro Preliminar Classe Passível de Identificação	1138
4.2. Segundo Parâmetro Preliminar Representante Membro da Classe.....	1139
4.3. Terceiro Parâmetro Preliminar – Pretensão Real e Ativa	1140
4.4. Primeiro Requisito da Regra 23(a) – Numerosidade	1141
4.5. Segundo Requisito da Regra 23(a) – Comunhão de Interesse	1141
4.6. Terceiro Requisito da Regra 23(a) Tipicidade.....	1143
4.7. Quarto Requisito da Regra 23(a) Representação Adequada.....	1143
4.8. Requisitos da Regra 23(b).....	1145
5. Notificação aos Membros e Direito de Sair da Classe (“ <i>Opt out</i> ”)	1146
6. Acordos para Encerramento dos Litígios.....	1148
7. Particularidades das <i>Class Actions</i> Baseadas em Alegação de Fraude no Mercado de Capitais.....	1150
7.1. Necessidade de o Autor ter se Baseado na Declaração (“ <i>Reliance</i> ”)	1152
7.1.1. Teoria da fraude no mercado (“ <i>fraud-on-the-market</i> ”)	1153
7.1.2. A Presunção do Caso <i>Affiliated Ute</i> – Hipóteses de Omissão.....	1155
7.1.3. Teoria de que a Fraude Criou o Mercado (“ <i>Fraud-created-the-market</i> ”).....	1156
7.2. Relevância da Declaração Falsa ou Omissão (“ <i>Materiality</i> ”).....	1157
7.3. Intenção de Fraudar (“ <i>Scienter</i> ”).....	1159
7.4. Nexo Causal (“ <i>Loss Causation</i> ”).....	1160
7.5. Sobre a Prova do Dano (“ <i>Damage</i> ”).....	1162
7.6. Definição do Autor-Líder e dos Advogados da Classe	1163
7.7. Regras Diversas do PSLRA	1165

**XLII. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA EM ARBITRAGEM
EMPRESARIAL: REFLEXÕES SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1167**

Sheila C. Neder Cerezetti e Mariana Martins-Costa Ferreira

Introdução	1167
1. Competência do juízo arbitral ou estatal? Aplicação do princípio Kompetenz-Kompetenz	1170
2. Evolução da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em relação aos conflitos de competência em arbitragem empresarial....	1181
2.1. Medidas cautelares e de urgência	1185
2.2. Litígios envolvendo sociedades em crise	1190
2.3. Litígio envolvendo sociedade em recuperação judicial com cláusula arbitral estatutária	1194
3. Reflexões sobre o papel do Superior Tribunal de Justiça na resolução de litígios empresariais	1198
Conclusão.....	1204